

JOGOS DE VERDADE NOS DISCURSOS DE NIKOLAS FERREIRA E DE TABATA AMARAL NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O PROGRAMA PÉ-DE-MEIA NO DISPOSITIVO MIDIÁTICO

*Renato da Silva Pereira¹, Izaías Serafim de Lima Neto²,
Lauanda Gomes do Vale Pinto³*

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os jogos de verdade na produção de sentidos sobre o Programa Pé-de-Meia no dispositivo midiático. Para tanto, mobiliza-se o referencial teórico dos estudos discursivos foucaultianos, à luz da noção de governamentalidade neoliberal, adotando-se o método arqueogenealógico como estratégia analítica. O corpus é constituído por enunciados veiculados no Instagram da instância governamental e de atores políticos, como Nikolas Ferreira e Tabata Amaral. A análise evidencia que, embora situados em posições político-ideológicas distintas, os discursos em disputa operam no interior de uma mesma racionalidade neoliberal, produzindo efeitos de verdade que articulam educação, responsabilidade individual e projeção de futuro. Conclui-se que o programa se constitui como um dispositivo de governo das condutas, no qual diferentes estratégias discursivas disputam sua legitimação.

Palavras-chave: Jogos de verdade; Programa Pé de Meia; Governamentalidade neoliberal.

TRUTH GAMES IN THE DISCOURSES OF NIKOLAS FERREIRA AND TABATA AMARAL IN THE PRODUCTION OF MEANING ABOUT THE PÉ-DE-MEIA PROGRAM IN THE MEDIA APPARATUS

Abstract

This article aims to analyze the *games of truth* involved in the production of meaning surrounding the Pé-de-Meia Program within the media apparatus. To this end, it draws on the theoretical framework of Foucauldian discourse studies, particularly in light of the notion of neoliberal governmentality, adopting the

¹ Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - PPGL/UERN. Residência: Catolé do Rocha, Paraíba, Brasil. E-mail: renatobaato@gmail.com

² Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - PPGL/UERN. Professor do Magistério Superior, Classe Adjunto A, na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Residência: Catolé do Rocha, Paraíba, Brasil. E-mail: izaia.neto@ufersa.edu.br

³ Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - PPGL/UERN. Residência: Caraúbas, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: Lauandagomes543@gmail.com

archaeogenealogical method as its analytical strategy. The corpus consists of statements circulated on Instagram by governmental actors and political figures, such as Nikolas Ferreira and Tabata Amaral. The analysis shows that, although positioned within distinct political-ideological frameworks, the competing discourses operate within the same neoliberal rationality, producing truth effects that articulate education, individual responsibility, and future projection. It is concluded that the program constitutes a dispositif for governing conduct, in which different discursive strategies compete for its legitimation.

Keywords: Truth games; Pé-de-Meia Program; Neoliberal governmentality.

JUEGOS DE VERDAD EN LOS DISCURSOS DE NIKOLAS FERREIRA Y TABATA AMARAL EN LA PRODUCCIÓN DE SENTIDOS SOBRE EL PROGRAMA PÉ-DE-MEIA EN EL DISPOSITIVO MEDIÁTICO

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar los juegos de verdad en la producción de sentidos sobre el Programa Pé-de-Meia en el dispositivo mediático. Para ello, se moviliza el marco teórico de los estudios discursivos foucaultianos, a la luz de la noción de gubernamentalidad neoliberal, adoptando el método arqueogenealógico como estrategia analítica. El corpus está constituido por enunciados difundidos en Instagram por la instancia gubernamental y actores políticos, como Nikolas Ferreira y Tabata Amaral. El análisis evidencia que, aunque situados en posiciones político-ideológicas distintas, los discursos en disputa operan dentro de una misma racionalidad neoliberal, produciendo efectos de verdad que articulan educación, responsabilidad individual y proyección de futuro. Se concluye que el programa se constituye como un dispositivo de gobierno de las conductas, en el cual diferentes estrategias discursivas disputan su legitimación.

Palabras clave: Juegos de verdad; Programa Pé-de-Meia; Gubernamentalidad neoliberal.

1. Introdução

Compreendidos como acontecimentos, os discursos possibilitam a emergência de determinados regimes de verdade, os quais organizam e regulam os modos de dizer, pensar e significar os objetos no interior de uma formação histórica específica (Foucault, 2010). Nesse sentido, a emergência dos objetos discursivos, constituídos no interior desses regimes, permite tensionar os modos pelos quais determinadas políticas públicas são significadas e legitimadas no espaço social. Desde o seu anúncio, o Programa Pé-de-Meia é discursivizado por

meio de diferentes materialidades, seja por meio de campanhas publicitárias na televisão aberta, seja por meio de publicações nas redes sociais oficiais e nos principais espaços midiáticos do país, sendo alvo de disputas de sentidos em torno de sua eficácia e funcionamento. Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar os jogos de verdade em torno da produção de sentidos sobre o Programa Pé-de-Meia (PDM) no dispositivo midiático.

Entende-se, neste trabalho, por jogos de verdade o embate entre diferentes estratégias de enunciação que, embora produzam efeitos de sentido distintos, operam no interior de uma mesma formação discursiva. Tal perspectiva permite problematizar as condições de possibilidade que tornam certos enunciados dizíveis e socialmente aceitáveis. Operacionaliza-se, para isso, uma investigação das condições de emergência dos discursos e das disputas na produção de efeitos de sentido na mídia, compreendida não apenas como um meio de circulação, mas como um dispositivo que organiza, hierarquiza e torna visíveis determinados enunciados, funcionando como instância de produção e regulação dos regimes de verdade (Moreira *et al.*, 2022).

Este artigo busca delinear, sobretudo, as condições históricas, discursivas e políticas que tornaram possível a emergência do Programa Pé-de-Meia enquanto objeto de saber e de poder, evidenciando enunciados midiáticos produzidos por sujeitos políticos e veiculados nas redes sociais, os quais inscrevem o programa em jogos de verdade que articulam educação, permanência escolar e projeção de futuro. É importante ressaltar que este estudo não analisa as respostas às postagens nem investiga os efeitos subjetivos do PDM a partir da análise de enunciados produzidos por seus beneficiários. Tais recortes podem constituir possibilidades analíticas relevantes para a compreensão da política de transferência de renda estudantil em sua dimensão mais ampla, mas não integram os objetivos desta pesquisa.

O presente estudo, portanto, atém-se aos enunciados produzidos na esfera público-legislativa, especialmente aqueles formulados por deputados e veiculados no dispositivo midiático, tomando-os como materialidades discursivas para a análise dos jogos de verdade em torno do Programa Pé-de-Meia. Desse modo, não constituem objeto desta investigação os comentários dos usuários, as respostas às postagens ou os enunciados produzidos pelos beneficiários do programa, uma vez que tais materialidades demandariam outros recortes analíticos e poderiam deslocar o foco da pesquisa para as formas de apropriação e subjetivação relacionadas ao PDM.

2. Fundamentação teórica

A educação no Brasil tem sido atravessada, ao longo das últimas décadas, por diferentes políticas e programas públicos que se apresentam discursivamente como estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais (vide o Bolsa Escola e o Bolsa Família, tornados políticas públicas de transferência de renda na primeira década do Século XXI, no Brasil, nas quais o

critério de inclusão e manutenção dos benefícios era/é a permanência de crianças e jovens na Educação Básica). Esses investimentos são frequentemente enunciados como mecanismos de inclusão e promoção de oportunidades, produzindo verdades que associam escolarização, ascensão social e responsabilidade individual.

A racionalidade que circunda, em nossa atualidade, a educação e suas políticas possibilita a emergência de programas de cunho assistencial-financeiro, que tendem a invisibilizar seus interesses por meio de discursos de inclusão, amplamente disseminados no espaço público, apresentando essas políticas como estratégias de justiça social e de equidade educacional. O Programa Pé-de-Meia, instituído por meio da Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, emerge e passa a ser constituído discursivamente como uma política de inclusão educacional.

O programa funciona como uma política socioeducacional que visa diminuir a evasão escolar, incentivando a permanência dos estudantes na escola a partir de um incentivo financeiro. Conforme estabelecido pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, o estudante beneficiário recebe parcelas mensais de R\$ 200, desde que cumpra determinados critérios, tais como estar matriculado no ensino médio em escola pública e inscrito no CadÚnico¹. Além das parcelas mensais, os estudantes recebem, anualmente, o valor de R\$ 1.000, condicionado como uma recompensa pela aprovação escolar, depositado em uma poupança que só pode ser acessada após a conclusão do ensino médio (Brasil, 2024).

No campo discursivo em que se delineiam as linhas do dispositivo educacional, as políticas públicas de transferência de renda são (re)configuradas e significadas socialmente por diversos matizes, dentre os quais o âmbito midiático perfaz a aparição de enunciados que funcionam na tessitura de verdades tecidas sobre o papel da educação escolar na formação cidadã dos sujeitos e os efeitos para o país dessas práticas, quase sempre clivados pelos ditames da formação para o trabalho e para o mundo financeiro (Veiga-Neto; Lopes, 2007b). Ao mover os olhos para o enunciado abaixo, veiculado na página oficial do Ministério da Educação do Brasil no Instagram, é possível tatear o campo de irrupção de algumas dessa verdades:

¹ Criado em 2004, o CadÚnico é a principal ferramenta do Estado para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais no Brasil. Ele é usado para a concessão dos benefícios de políticas públicas, como o Programa Bolsa Família, o Pé-de-Meia, entre outros. Ele também é usado como critério para a seleção de beneficiários de programas oferecidos pelos governos estaduais e municipais (Governo, 2025).

Figura 1 - Captura de tela de postagem sobre Programa Pé-de-Meia



Fonte: Ministério da Educação (Instagram), 25 mar. 2026

Essa materialidade discursiva apresenta a imagem de um jovem sorridente, segurando o cartão magnético bancário do programa PDM. Em destaque, observa-se a representação visual de uma perna com uma meia na qual se lê “Pé-de-Meia”, operando como elemento signíco que remete à ideia de poupança e planejamento do futuro. Ao lado, a expressão “6 milhões” é evidenciada, indicando o número de jovens beneficiados, juntamente com a informação “R\$ 9.200 de incentivo por aluno” e a afirmação “menos estudantes abandonando os estudos”.

A articulação entre esses elementos, imagem, números e enunciados verbais, bem como a gestualidade do sujeito estudante que é visível no enunciado, produz um efeito de sentido de satisfação e adesão coletiva, sugerindo que milhões de jovens são positivamente impactados pela política educacional. Diante disso, pode-se compreender que essa construção discursiva busca colocar o programa como solução para combater os obstáculos que dificultam o acesso e a permanência ao espaço educacional, principalmente os enfrentados pelos sujeitos mais vulneráveis economicamente.

Tal formulação não apenas valoriza o programa, mas também funciona como uma estratégia que produz efeitos de verdade a respeito do programa, produzindo o sentido de que ele é capaz de “salvar” a educação e o futuro dos

sujeitos. À luz da noção de governamentalidade, conforme pensado por Foucault (2008a), esse conjunto enunciativo pode ser compreendido como uma tecnologia de governo que atua na condução das condutas, na medida em que produz e faz circular significados sobre tal política. Não se trata apenas de garantir acesso à educação, mas de estruturar um campo de possibilidades no qual os sujeitos são levados a agir sobre si mesmos a partir de determinados princípios normativos.

Assim, entende-se que o programa não se limita ao suporte financeiro, mas participa da constituição de um sujeito que internaliza normas de conduta neoliberais, quer sejam no âmbito das ações cotidianas - como a criação de poupanças pessoais -, quer no espectro emocional, com a formulação de práticas subjetivadoras fincadas na autogestão e na condução psíquica das ações dos sujeitos estudantes frente aos ditames do protagonismo e empreendedorismo. A recorrência de valores e metas traduz a experiência educacional em termos de recompensa, configurando o enunciado como uma tecnologia de governo que orienta condutas e produz subjetividades. Ademais, observa-se recorrências em diversas materialidades, que apresentam regularidades na produção dos sentidos, indicando a constituição de um regime discursivo que busca legitimar a ação estatal por meio da associação entre dados, afetos e projeções de futuro. Isso se trata de um regime de veridicção que articula estatística, afetividade e projeção de futuro como tecnologias de governo dos sujeitos (Foucault, 2008b).

Para Foucault (2010), o sujeito não é uma entidade dada, mas uma construção histórica produzida no interior de relações de saber e poder. Nessa perspectiva, a noção de governamentalidade permite compreender os modos pelos quais o poder se exerce por meio de técnicas e estratégias que visam conduzir a conduta dos indivíduos. Assim, a governamentalidade diz respeito ao conjunto de práticas que orientam, dirigem e normatizam comportamentos, operando na constituição dos sujeitos (Foucault, 2008b).

Ao retornar o olhar para o enunciado (Figura 1), é flagrante o jogo discursivo que projeta a posição sujeito estudante beneficiário do PDM: i) as cores que envolvem o jovem sorridente são socialmente aceitas como representativas do país e o jogo estrutural da materialidade do enunciado põe aquele sujeito centralmente locado associando essa felicidade e sucesso do PDM à manutenção de uma identidade nacional - o jovem beneficiário do programa é o brasileiro do futuro, no qual forças e saberes se inscrevem, a saber, as da nacionalidade e os do campo financeiro e do trabalho; ii) a posição sujeito descrita no enunciado se configura a partir de práticas mercadológicas faroladas pelo cartão de crédito (grande insígnia das sociedades capitalistas e tecnocráticas) e pelas normatividades que descrevem o jovem como indivíduo partícipe de uma atualidade proativa, em que cores vibrantes como amarelo, verde e azul concorrem nas significações da jovialidade assim como os itens gráficos do skate, do livro e emojis desenhados em redor do corpo do sujeito centralmente posto na bandeira do Brasil.

Nesse sentido, o programa e suas discursividades mobilizam o que Foucault (2012) denomina de tecnologias de si, isto é, práticas pelas quais os indivíduos são incitados a se constituírem como sujeitos responsáveis por sua

própria trajetória (tal como se pode averiguar nos itens verbais do enunciado Figura 1, os quais associam educação ao sucesso individual e da nação, por consequência). Ao associar permanência escolar a recompensas financeiras, o discurso interpela o estudante como alguém que deve gerir sua própria vida, um sujeito protagonista, termo central na educação sob a concepção neoliberal. Assim, o aluno deve tomar uma posição ativa em sua formação, planejando o futuro e controlando suas escolhas.

Foucault (2010) compreende o discurso como um acontecimento histórico, inscrito em determinadas condições de possibilidade. O discurso, portanto, não é entendido apenas como um sistema de signos destinado a representar a realidade, mas como um conjunto de práticas que produzem, de modo sistemático, os próprios objetos de que se enunciam. Conforme afirma o autor, o discurso é visto como:

[...] práticas que formam sistematicamente os objetos de que fala. Certamente, os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar signos para designar coisas. É esse 'mais' que os torna irredutíveis à língua e ao discurso (parole). É esse 'mais' que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 2010, p. 60).

Entende-se, assim, que o discurso se configura como um campo estratégico no qual se articulam saberes, relações de poder e processos de subjetivação, operando por meio de práticas que produzem objetos, moldam sujeitos, organizam saberes e instituem regimes de verdade. Nessa direção, Foucault (2014a) evidencia a indissociabilidade entre discurso, saber e poder, ao compreender que as práticas discursivas são atravessadas por relações de poder que as possibilitam e as regulam.

À luz dessa perspectiva, o filósofo afirma que “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, qualquer um não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2014a, p. 9). Assim, pode-se evidenciar que os enunciados são regulados por procedimentos que delimitam o que pode ser dito, quem pode falar e sob quais condições podem ser proferidos. Tais procedimentos estão relacionados às relações de poder e saber que atravessam os discursos, autorizando certas vozes, silenciando outras e definindo os lugares legítimos de enunciação.

Nessa lógica, Foucault compreende o enunciado como uma função que se realiza no interior do discurso, constituída a partir de regras específicas que possibilitam sua existência. Conforme aponta o filósofo, “o enunciado não é uma unidade da língua, nem uma unidade lógica; ele é uma função que atravessa um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que as faz aparecer, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Foucault, 2010, p. 99).

O enunciado configura-se como uma construção histórica, definida por condições institucionais e políticas que o tornam dizível, inteligível e socialmente aceitável. Assim, conforme afirma Gregolin (2022), para que um enunciado

possa circular e ser validado em uma determinada época, ele precisa obedecer a regras historicamente constituídas que regulam sua produção, circulação e reconhecimento social. A partir dessa compreensão, ao analisar os enunciados que associam educação, permanência escolar e sucesso futuro, torna-se possível evidenciar regimes de verdade que legitimam, por meio da produção discursiva, determinados modos de intervenção do Estado sobre a vida das populações. Conforme assinala Foucault (2014a):

em toda sociedade a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2014a, p. 9).

Percebe-se que os discursos são atravessados por regras históricas associadas a determinadas racionalidades que definem o que pode ser dito, pensado e praticado conforme a época de aparição. A noção de ordem do discurso, portanto, permite problematizar os mecanismos que delimitam aquilo que pode ser dito sobre a educação e as políticas públicas, bem como as posições a partir das quais se pode falar sobre elas (Foucault, 2014a).

Esses jogos de verdade operam ao legitimar determinados enunciados sobre a educação no interior das políticas públicas, ao mesmo tempo em que desautorizam leituras que problematizam suas condições estruturais. Tais processos funcionam mediante procedimentos de seleção, exclusão e legitimação que participam da produção de saberes socialmente reconhecidos como verdadeiros, enquanto outros são marginalizados ou silenciados.

No interior desse movimento discursivo, os enunciados que circulam sobre as políticas educacionais passam a operar como mecanismos que produzem evidências e naturalizam determinados regimes de verdade, fazendo com que certas formas de significar a educação se apresentem como evidentes e necessárias. Ao serem reiterados em documentos oficiais, campanhas institucionais e programas governamentais, esses enunciados podem se consolidar como formas legitimadas de dizer e compreender a educação, orientando práticas, expectativas e modos de intervenção do Estado no campo educacional.

A recorrência de tais enunciados evidencia a existência de uma regularidade discursiva que atravessa diferentes políticas e programas socioeducacionais, sustentando a associação entre educação escolar, desenvolvimento econômico e mobilidade social. Essa regularidade resulta de um conjunto de práticas discursivas que delimitam os modos legítimos de pensar e enunciar a educação no contexto das políticas públicas contemporâneas no Brasil.

À luz da questão foucaultiana, “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (Foucault, 2010, p. 30), os discursos

podem ser compreendidos como acontecimentos produzidos a partir de regras históricas específicas que condicionam a emergência dos enunciados. Tal problematização desloca o foco da busca pelo sentido do enunciado para as condições históricas e políticas que tornam possível sua existência, uma vez que “não se trata de saber o que o enunciado quer dizer, mas sob que condições ele pode existir” (Foucault, 2010, p. 31).

Isso reforça que a análise foucaultiana não se orienta pela interpretação do sentido dos enunciados, mas pela problematização das condições que tornam certos dizeres dizíveis e outros não em determinado momento histórico. Nesse enquadramento, os discursos sobre as políticas educacionais tendem a naturalizar a educação como um investimento que produz retornos econômicos e sociais, desde que o sujeito beneficiário saiba geri-la de maneira planejada e estrategicamente orientada ao futuro. Assim, a educação é discursivizada como um capital a ser administrado e mobilizado ao longo da trajetória escolar e formativa do indivíduo.

Nessa perspectiva, o sujeito não é compreendido como fruto de um processo natural, mas como resultado de processos históricos de subjetivação, atravessados por saberes, normas e práticas institucionais. À luz de Foucault e Gallo, pode-se entender que, assim como existem formas históricas de constituição dos sujeitos, existem também formas históricas de educação, uma vez que a escolarização se transforma conforme as racionalidades, os saberes e as relações de poder que a atravessam.

Foucault (2007a) argumenta que, em cada momento histórico, determinados saberes se tornam possíveis em detrimento de outros, conforme os mecanismos que organizam os discursos e delimitam o que pode ser dito e reconhecido como verdadeiro. Essa compreensão articula-se à noção foucaultiana de verdade como produção histórica, uma vez que, como afirma o autor, “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções” (Foucault, 2015, p. 12). Assim, a verdade não é única nem estática, mas um efeito das relações de poder que atravessam os regimes discursivos.

No campo educacional, pode-se compreender que o regime de verdade sobre a educação é historicamente produzido de modo a orientar práticas, expectativas e projetos de vida, alinhando-os aos interesses da racionalidade vigente. Trata-se de um conjunto de enunciados que não apenas definem o que deve ser considerado “boa educação”, mas que também organizam modos de pensar, agir e projetar o futuro (Dardot; Laval, 2016).

Conforme aponta Gallo (2016), a sociedade contemporânea demanda a formação de sujeitos ajustados às suas exigências sociais e econômicas, o que implica a produção de determinadas formas de subjetividade. Ao articular discursos pedagógicos e dispositivos normativos, como o currículo, os processos avaliativos e os mecanismos de acompanhamento do desempenho, a instituição escolar participa de maneira ativa para a constituição de sujeitos responsivos, produtivos e governáveis.

3. Metodologia

Esta pesquisa fundamenta-se teórica e metodologicamente nos pressupostos dos estudos discursivos foucaultianos, à luz da noção de governamentalidade neoliberal, adotando o método arqueogenealógico como estratégia analítica para a leitura das materialidades discursivas. A arqueologia (arqueo) permite interrogar as teias sociais que forjam os saberes sobre determinados objetos, atribuindo-lhes verdades socialmente aceitas ou questionáveis. A genealogia (genea), por seu turno, possibilita a problematização dos efeitos de poder que ressoam de determinados saberes produzidos, bem como as relações de poder imanentes à formação das disputas de verdade sobre o PPM.

Tal abordagem permite problematizar as condições de emergência, circulação e legitimação dos discursos, bem como os jogos de verdade que produzem e os modos pelos quais se inscrevem em determinadas racionalidades de governo. O enunciado, nessa metodologia, é o material em exame na análise e este é compreendido como átomo, unidade intrínseca que é manuseada conforme um conjunto de itens: i) sua materialidade; ii) a posição sujeito que pode enunciá-lo em determinado espaço/instância; iii) o campo associado de outros enunciados que com que ele mantenha relações.

Nessa perspectiva, o método arqueogenealógico, de base foucaultiana, possibilita analisar as formações discursivas não a partir de seus conteúdos ou intenções, mas das condições históricas e políticas que tornam possíveis determinados enunciados. Assim, busca-se investigar de que modo a governamentalidade neoliberal incide na constituição das práticas discursivas relacionadas ao Programa Pé-de-Meia, especialmente no que se refere à produção de sentidos que articulam educação, responsabilidade individual e projeção de futuro. Verte-se, então, um olhar para os jogos discursivos que ensejam produzir verdades sobre o PPM e os sujeitos que dele são beneficiários. Assim, interroga-se os processos de objetivação que coadunam-se para forcejar um arquétipo neoliberal de educação e de práticas estatais de transferência de renda.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, na medida em que se propõe a descrever e interpretar os processos de constituição discursiva que atravessam essa política educacional. O foco recai sobre enunciados veiculados no dispositivo midiático, compreendido como uma instância que não apenas difunde, mas também organiza, hierarquiza e legitima discursos, produzindo efeitos de verdade (Moreira *et al.*, 2022).

No processo de constituição do *corpus*, foram identificadas diversas materialidades discursivas referentes ao programa, dispersão inevitável ao Dispositivo e à Formação Discursiva em que se tateia a aparição do PPM como objeto discursivo. A partir disso, a incontornável massa do arquivo, definiu-se como recorte analítico: i) os enunciados para o exame deveriam estar em redes sociais digitais e dada a premência de visibilidades e circulação o Instagram foi escolhido; ii) os enunciados deveriam tratar explicitamente sobre o Programa Pé

de Meia, quer fosse no corpo, quer fosse na legenda da postagem; iii) os enunciados deveriam demonstrar explicitamente discursos totalmente antagônicos ou parcialmente antagônicos ao funcionamento do PPM; iv) os enunciados deveriam reverberar a partir de páginas nas redes sociais de políticos brasileiros cuja visibilidade virtual fosse atestada socialmente, daí a escolha dos parlamentares Tabata Amaral e Nikolas Ferreira, já que ambos possuem, respectivamente, dois e vinte e dois milhões de seguidores na rede social. Tal recorte propicia o exame das disputas de verdades sobre o PPM a partir do antagonismo partidário que os sujeitos escolhidos explicitam publicamente.

Assim, o *corpus* é constituído por duas materialidades, no formato de *reels* (vídeos curtos), publicadas entre outubro de 2024 e janeiro de 2026. O Quadro 1 exemplifica as publicações selecionadas que compõem o *corpus* desta pesquisa, indicando as materialidades analisadas, autoria e datas de publicação.

Quadro 1 - Quadro descritivo do *corpus* desta pesquisa

Materialidade	Título da Publicação	Autoria	Data da Publicação	Link de acesso da postagem	Identificação da Figura
Materialidade 1	Pé de Meia: 15 mil jovens excluídos e milhões desperdiçados.	Nikolas Ferreira	22 de outubro de 2024	https://www.instagram.com/reels/DBcUCywpGmd/	Figura 2 Figura 3
Materialidade 2	Quando a política dá certo, ela muda trajetórias	Tabata Amaral	09 de janeiro de 2026	https://www.instagram.com/reels/DTTZjuekSo8/	Figura 4 Figura 5

Fonte: Autores (2026).

A escolha dessas publicações justifica-se por sua recorrência temática, por sua ampla circulação na mídia (engajamentos em comentários, curtidas, compartilhamentos e salvamentos visíveis na postagem) e por evidenciarem diversas estratégias discursivas mobilizadas na produção de efeitos de sentido acerca do Programa Pé-de-Meia. Trata-se de dois vídeos curtos que abordam o programa a partir de diferentes perspectivas discursivas: enquanto Nikolas Ferreira questiona à estrutura e o funcionamento do programa, Tabata Amaral destaca sua importância para a redução da evasão escolar e os benefícios destinados aos estudantes beneficiários. Desse modo, as publicações selecionadas permitem observar diferentes formas de significar o Programa Pé-de-Meia e os sujeitos por ele alcançados, evidenciando disputas e regularidades na produção dos sentidos que circulam em torno dessa política educacional.

Além dessas materialidades, para examinar o campo associado à emergência do objeto discursivo Pé-de-Meia, a pesquisa mobilizou, na introdução deste trabalho, a publicação divulgada pelo Ministério da Educação (MEC) acerca do Programa Pé-de-Meia, em janeiro de 2024. A análise das publicações dos parlamentares Nikolas Ferreira, que se posiciona criticamente em relação ao programa, e de Tabata Amaral, que participou da formulação e da defesa de propostas relacionadas à política, permitem observar a circulação de diferentes enunciados e o funcionamento de jogos de verdade em torno do programa, evidenciando distintas formas de significá-lo e de posicionar os sujeitos beneficiários. Nesse movimento, os enunciados são mobilizados como materialidades discursivas que contribuem para a análise dos modos de funcionamento da racionalidade neoliberal no âmbito do Programa Pé-de-Meia.

4. Resultados e discussões

As práticas discursivas que circulam sobre os programas educacionais, tais como o PDM, produzem efeitos de inclusão, ao construir significados de que os obstáculos sociais à permanência dos alunos no curso da educação básica estariam sendo solucionados. Entretanto, observa-se um funcionamento discursivo e normativo que mascara a exclusão, na medida em que a permanência na escola não se converte, necessariamente, em condições efetivas de equidade e de acesso a uma educação de qualidade, uma vez que os alunos permanecem cercados de desigualdades estruturais que atravessam o campo educacional (Veiga-Neto, 2007a).

Se, por um lado, há críticas ancoradas no campo acadêmico, por outro, o programa também é atravessado por disputas político-partidárias. Isso porque, apesar da ampla divulgação do programa e de sua legitimação como política pública considerada eficaz, essa política também é discursivizada a partir de posições desfavoráveis, especialmente por jornalistas, parlamentares e membros da oposição ao governo atual (encabeçado, no Poder Executivo, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu terceiro mandato), que apontam irregularidades de ordem estrutural e administrativa.

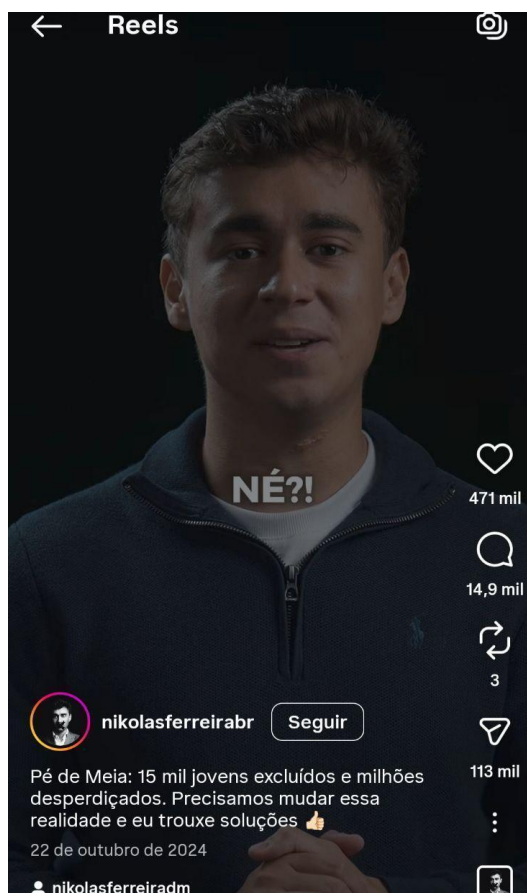
O deputado Nikolas Ferreira, por meio de suas redes sociais, denunciou supostos problemas relacionados à gestão do fundo privado responsável pelo programa, afirmando que os custos elevados poderiam comprometer sua eficiência. Em um *Reels* publicado em seu perfil no Instagram, em 22 de outubro de 2024, o parlamentar abordou aspectos relacionados ao funcionamento do Programa Pé-de-Meia, em uma publicação que alcançou ampla circulação na plataforma e suscitou diferentes posicionamentos acerca da política. No vídeo, embora reconheça que o programa teria potencial para ser “excelente para os alunos”, o deputado denuncia supostas irregularidades e enfatiza a necessidade de ajustes com o propósito de evitar desperdícios e assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos.

O deputado propôs mudanças na administração do fundo, a ampliação do benefício para estudantes da rede privada e a criação de incentivos fiscais para empresas financiadoras do programa, colocando-se como sujeito capaz de promover uma gestão mais eficiente e racional da política pública. Esse movimento discursivo dialoga com a perspectiva foucaultiana de governamentalidade, segundo a qual o sujeito político deve ser reconhecido como eficiente, responsável e apto a governar a si mesmo para, então, reivindicar legitimidade para governar os outros (Foucault, 2008b).

Ao apresentar-se como aquele que pode “corrigir” falhas, eliminar desperdícios e ampliar o alcance da política, o parlamentar mobiliza uma gramática de competência técnica e responsabilidade fiscal que o posiciona como gestor racional dos recursos públicos. Esse posicionamento produz efeitos de verdade que o constituem como sujeito governável e, simultaneamente, como sujeito apto a governar, na medida em que encarna o ideal neoliberal de eficiência, cálculo e otimização.

Trata-se, portanto, da produção de um sujeito político que se legitima não apenas pela representação democrática, mas pela capacidade de performar racionalidade econômica e eficiência administrativa (Foucault, 2008a). Como se pode verificar nos enunciados a seguir:

Figura 2 – Captura de tela do Reels de Nikolas Ferreira



Fonte: Instagram, perfil @nikolasferreirabr (2024).

Figura 3 – Captura de tela do Reels de Nikolas Ferreira



Fonte: Instagram, perfil @nikolasferreirabr (2024).

Sob a perspectiva de Foucault (2010), para quem os discursos produzem efeitos de verdade, pode-se compreender que esse enunciado opera como uma crítica à forma como o programa é administrado, configurando-se como uma estratégia específica de legitimação da política pública. Tal estratégia não rompe com a racionalidade neoliberal que a sustenta, mas disputa os modos de sua administração e financiamento. O enunciador busca, de modo calculado e cuidadoso, deslegitimar a forma de implementação do programa, uma vez que o programa é discursivamente aceito como eficiente, produzir novos efeitos de sentido sobre o PPM, reinscrevendo-o como irregular e ineficiente em sua gestão.

Em seu vídeo, conforme se observa na Figura 3, o parlamentar mobiliza reportagens da mídia, como o recorte do jornal *Folha de S. Paulo*, que aborda o fundo de financiamento do programa, produzindo o efeito de que este funcionaria como uma “vitrine do governo Lula”, sugerindo conotação eleitoral. Além disso, afirma que o programa exclui “15 milhões de jovens” e desperdiça recursos destinados a “milhões” de potenciais beneficiários, tensionando o discurso oficial de inclusão, o qual, por meio de diferentes materialidades discursivas, produz o efeito de um programa eficaz e bem-sucedido.

Ao enunciar que “é preciso mudar essa realidade”, o parlamentar coloca a si e a seu partido político como os únicos capazes de promover uma gestão

verdadeiramente eficaz e justa da política pública. Ele afirma que “não está aqui para acabar com o programa Pé-de-Meia, mas para ampliá-lo” e propõe duas medidas para “corrigir esses erros”: a eliminação da gestão por meio de fundo privado e a criação de mecanismos para que pais e empresas possam investir na educação, com possibilidade de dedução desses valores no imposto de renda.

Ademais, o parlamentar defende a inclusão de estudantes da rede privada como beneficiários do programa, deslegitimando o critério central da política, que estabelece o pertencimento a famílias de baixa renda e registro no Cadastro Único (CadÚnico) como condição para o acesso ao benefício. Essa materialidade objetiva, assim, produzir efeitos de sentido sobre o programa, colocando-o como problemático e reconfigurando, por meio do discurso, seu público-alvo ao incluir segmentos socialmente mais favorecidos, o que tensiona o discurso que legitima a política como eficiente e inclusiva no âmbito da educação pública.

Esse movimento, contudo, não deslegitima o viés neoliberal do programa nem suas discursividades; ao contrário, tende a reforçá-lo, na medida em que desloca o princípio redistributivo da política para uma lógica ampliada de incentivo ao investimento educacional, compatível com racionalidades de mercado. Tal reforço se evidencia quando o parlamentar sugere que pais e empresas possam investir na educação, mobilizando uma gramática de responsabilização privada e de estímulo à participação do setor empresarial no financiamento da política pública.

O fundo preto do vídeo, a edição que recorre a elementos retóricos de veridicção (o argumento socialmente aceito de proteção ao direito de todos e todas, as mídias jornalísticas resvaladas pela suposta imparcialidade), o tom austero e formal do sujeito político enunciado, o qual se veste de preto, sem cores chamativas ou recursos audiovisuais que sobreponham a seriedade pretendida, são elementos que coadunam com a forja de efeitos de poder do enunciado, quais sejam: a) o que está sendo dito é verificável pelo valor empírico dos temas (economia, inclusão, justiça social, irregularidades financeiras etc.) e pelo ensejo de adesão social das temáticas, pois todas são de preocupação comum aos brasileiros e brasileiras; b) a circulação de preocupações financeiras à nível de estado-nação mobiliza significados como crise, corrupção monetária, distribuição de renda como pretensão privilégio aos pobres em detrimento dos ricos que são supostamente explorados por impostos; o que, na esteira dos estudos sobre a racionalidade neoliberal, prolifera antagonismos e descréditos às políticas de transferência de renda e prega a ação mínima dos cofres públicos no auxílio à melhoria da vida de populações precarizadas, tomando como fio argumentativo o discurso da meritocracia e da livre concorrência como essencial ao desenvolvimento do país.

Em contrapartida, a deputada Tabata Amaral, em publicação em seu perfil no Instagram, no ano de 2026, também em formato de *reels*, reivindica a autoria do programa, posicionando-se como sua idealizadora, e discorre sobre os impactos positivos da política na vida dos sujeitos estudantes.

Figura 4 - Captura de tela do Reels de Tabata Amaral



Fonte: Instagram, perfil @tabataamaralsp (2026).

Figura 5 - Captura de tela do Reels de Tabata Amaral



Fonte: Instagram, perfil @tabataamaralsp (2026).

Essa materialidade, que apresenta uma sequência de *prints* do *reels* da deputada, evidencia que ela mobiliza mecanismos discursivos semelhantes aos de Nikolas para legitimar o programa, mas o apresentando como um investimento que “deu certo” (Tabata, 2026). No enunciado, o sujeito também aciona recortes de reportagens jornalísticas para sustentar a sua argumentação, como pode-se verificar na figura 5, que reforça o fortalecimento da participação dos jovens no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), exame que funciona como indicador de desempenho e de êxito escolar nessa etapa da educação básica e cuja participação é incentivada pelo programa, que prevê incentivo financeiro aos estudantes que realizam a prova.

Trata-se, portanto, de uma estratégia de legitimação da política pública que opera no interior da mesma gramática neoliberal, deslocando o debate das condições estruturais para os efeitos de desempenho e de impacto individual (Dardot; Laval, 2016). Nesse gesto enunciativo, o programa é apresentado como resultado de competência técnica e compromisso político. Ao afirmar que “quando a política dá certo, ela muda trajetórias” (Tabata, 2026), a deputada associa o êxito da política pública à transformação de vidas, construindo um discurso de progresso social articulado à intervenção do Estado.

Ao declarar que o programa “já está ajudando milhões de jovens a permanecer na escola, concluir o ensino médio e sonhar mais alto, com [...] melhores resultados e novas portas se abrindo”, a deputada mobiliza um léxico fortemente orientado à ideia de progresso, ascensão e futuro (“sonhar mais alto”, “melhores resultados”, “portas se abrindo”). A educação é, novamente, discursivizada como vetor de mobilidade social, e o sucesso escolar aparece associado à ampliação de oportunidades individuais, mensuradas por indicadores de desempenho e pelo acesso ao ensino superior.

Quando acrescenta que investir na juventude é “garantir oportunidade hoje para construir um país melhor amanhã” e que presenciar esse impacto “renova a esperança todos os dias” (Tabata, 2026), o enunciado produz um efeito de temporalidade linear e otimista, no qual o presente é concebido como investimento e o futuro como retorno garantido. Essa formulação, conforme Dardot e Laval (2016), reforça a lógica neoliberal, na medida em que articula educação, futuro e desenvolvimento nacional sob a lógica do investimento, opera um deslocamento das condições estruturais de desigualdade para a promessa de transformação mediada pelo esforço individual e pela política pública.

Desse modo, o discurso da deputada contribui para a consolidação de significados sobre o Programa Pé-de-Meia como um dispositivo de esperança, no qual a política educacional é apresentada não apenas como garantia de direitos, mas como mecanismo de produção de sujeitos responsáveis, empreendedores de si e orientados para o desempenho. Os discursos em disputa se organizam como diferentes estratégias de legitimação dentro de um mesmo regime neoliberal de verdade.

Tais enunciados, tanto o de Nikolas quanto o de Tabata, se aproximam do que Foucault (2014) chama de jogos de verdade, uma vez que buscam

produzir efeitos de verdade, evidenciando o embate entre diferentes enunciados que concorrem na produção de sentidos em uma mesma época e sociedade. A mídia funciona como dispositivo de visibilidade, permitindo que estes circulem, se legitimem e orientem comportamentos, moldando tanto a forma como os sujeitos percebem o programa quanto a maneira como se veem e atuam dentro da lógica neoliberal.

Nesse ínterim, não apenas informam sobre a política pública, mas produzem sentidos, legitimam práticas de governo e delimitam o que pode ser dito sobre educação, pobreza e futuro. Foucault (2015) permite compreender como determinados enunciados tornam-se socialmente aceitáveis e governáveis, enquanto outros são silenciados ou desqualificados. Como afirma o filósofo, “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (Foucault, 2015, p. 13).

A educação é discursivizada como investimento orientado à obtenção de bom desempenho, reforçando a promessa de um futuro exitoso. Isso evidencia a forma como o programa se inscreve em um campo de disputas discursivas e políticas, no qual diferentes regimes de verdade são mobilizados e colocados em circulação. Dessa maneira, é possível perceber que os discursos sobre o Programa Pé-de-Meia, especialmente aqueles que circulam em redes sociais como o Instagram, constituem-se como discursividades atravessadas por diferentes regimes de verdade.

A noção de efeitos de verdade refere-se aos efeitos de legitimidade e naturalização produzidos quando determinados enunciados passam a funcionar socialmente como verdadeiros. Para Foucault, a verdade não é exterior ao poder, pois “é produzida neste mundo graças a múltiplas coerções” e está vinculada a “sistemas de poder que a produzem e a sustentam” (Foucault, 2015, p. 13). Compreende-se que os discursos sobre o PPM produzem regimes de verdade ao fazer com que certas interpretações sobre educação, juventude e pobreza se imponham como legítimas, enquanto outras formas de problematização tendem a ser silenciadas ou desqualificadas.

Tal procedimento discursivo contribui para que determinadas leituras sobre educação e inclusão se estabilizem como naturais, enquanto outras possibilidades de interpretação permanecem à margem. Nesse movimento, os enunciados que circulam em torno do programa participam da produção e da circulação de verdades que o tornam aceitável e governável diante da sociedade configurando os efeitos da política a partir das noções de justiça social, lucros e prejuízos ao estado-nação, bem como pela mensuração produtiva de uma gama de sujeitos úteis aos ditames econômicos e mercadológicos.

É importante ressaltar que as leituras aqui empreendidas não têm como objetivo esgotar a análise das materialidades discursivas do corpus, tampouco apresentar conclusões sobre o campo discursivo em que o PPM irrompe, circula e funciona como objeto discursivo, mas delimitar as condições de possibilidade que permitem a emergência do Programa Pé-de-Meia enquanto objeto de saber e de intervenção do Estado. Desta feita, pode-se observar que os enunciados

em exame se inscrevem em jogos de verdade que se articulam por antagonismos e/ou aproximações. No caso dos enunciados do Governo Federal, associa-se permanência escolar, responsabilidade individual e projeção de futuro ao investimento calculado em ações de transferência de renda por meio de políticas educacionais de incentivo.

Torna-se, portanto, necessário compreender o funcionamento discursivo dessa política, atentando para suas condicionalidades, valores e critérios de acesso, uma vez que esses elementos constituem parte fundamental do dispositivo que articula a educação escolar, as políticas sociais e o governo das condutas.

5. Considerações finais

A análise empreendida ao longo deste trabalho permitiu evidenciar que os discursos que circulam sobre o Programa Pé-de-Meia no dispositivo midiático, especificamente na rede social Instagram, não se configuram apenas como formas de descrição ou avaliação de uma política pública, mas como práticas discursivas que produzem efeitos de verdade e participam ativamente da condução das condutas dos sujeitos. Nesse sentido, o programa emerge como um objeto discursivo constituído no interior de relações de saber-poder, sendo atravessado por diferentes estratégias de legitimação que disputam a sua significação na esfera pública.

A partir da problematização dos enunciados veiculados no Instagram do Ministério da Educação e das publicações dos atores políticos Nikolas Ferreira e Tabata Amaral, foi possível interpretar que, embora situados em posições aparentemente antagônicas, tais discursos não operam em ruptura, mas se inscrevem no interior de uma mesma racionalidade econômica. Essa racionalidade se manifesta na centralidade atribuída à eficiência, ao desempenho, à responsabilização individual e à projeção de futuro como elementos estruturantes da experiência educacional.

As tensões discursivas identificadas não dizem respeito a uma oposição entre modelos distintos de política educacional, mas a diferentes formas de gerir, otimizar e ampliar uma mesma lógica de governo. Enquanto um discurso busca deslegitimar aspectos da implementação do programa, reivindicando maior eficiência e racionalidade administrativa, o outro o reafirma como política bem-sucedida, enfatizando seus impactos positivos e sua capacidade de transformação individual. Em ambos os casos, contudo, observa-se a permanência de um regime de verdade que associa educação a investimento, sucesso escolar a desempenho e futuro a retorno calculado.

O Programa Pé-de-Meia pode ser compreendido como uma tecnologia de governo que, ao articular incentivo financeiro, permanência escolar e projeção de futuro, atua na constituição de sujeitos responsáveis por sua própria trajetória, alinhados à lógica do empreendedorismo de si. Tal funcionamento evidencia que a política não se limita à garantia de direitos sociais, mas participa

da produção de subjetividades compatíveis com as exigências dessa racionalidade.

Por fim, destaca-se que a análise aqui desenvolvida não pretende esgotar as possibilidades de leitura do *objeto*, mas contribuir para a problematização das condições de emergência e dos efeitos de verdade que sustentam a produção discursiva sobre políticas educacionais no Brasil. Ao deslocar o olhar da eficácia da política para os modos como ela é discursivizada e legitimada, torna-se possível tensionar as evidências que naturalizam determinadas formas de pensar a educação, a juventude e o futuro, abrindo espaço para outras formas de problematização e para a emergência de novos regimes de verdade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Tabata. **Quando a política dá certo, ela muda trajetórias**. Vídeo (Reels). Instagram, [s. d.]. Disponível em: <https://www.instagram.com/reels/DTTZjuekSo8/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Pé-de-Meia**. Instagram, 25 mar. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DWRR-hOGkCk/?igsh=MWlxcThlbGlrOWpzdQ%3D%3D>. Acesso em: 25 mar. 2026.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Nikolas. **Pé-de-Meia**: 15 milhões de jovens excluídos e milhões desperdiçados. Precisamos mudar essa realidade e eu trouxe soluções. Vídeo (Reels). Instagram, [s. d.]. Disponível em: <https://www.instagram.com/reels/DBcUCywpGmd/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos IV**: estratégia, poder-saber. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. Trad. Laura F. A. Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GALLO, Sílvio. A produção das heterotopias na escola: cuidado de si e subjetivação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1235–1252, 2016.

GREGOLIN, Maria do Rosário. XXI CED – **Análise do Discurso com Michel Foucault**. YouTube, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DvntJwBmaa8>. Acesso em: 8 fev. 2026.

MOREIRA, Francisca Verônica. P.; NERY, LUCIANA FERNANDES. A constituição da mulher negra em capas da revista Raça. In: Geilson Fernandes de Oliveira; Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira; Francisco Paulo da Silva; Daiany Ferreira Dantas [Orgs.]. (Org.). **Mídia, discurso e sociedade: problematizações contemporâneas**. 1ªed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, v. 1, p. 109-122.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 2. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007a.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947–963, out. 2007b.

VEIGA-NETO, Alfredo. O neoliberalismo situa a educação no mercado da competição, da produção exacerbada. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2011. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/502911-o-neoliberalismo-situa-a-educacao-no-mercado-da-competicao-da-producao-exacerbada-entrevista-com-alfredo-veiga-neto>. Acesso em: 19 set. 2025.

Responsabilidade Editorial: Célia Regina de Carvalho.

Recebido em: 25 de março de 2026.

Aceito em: 14 de agosto de 2026.

Publicado em: 14 de setembro de 2026.